

Tendências em Análise do Discurso: objetos e conceitos

(Trends in Discourse Analysis: objects and concepts)

Fernanda Mussalim¹

¹Instituto de Letras e Linguística – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

fmussalim@gmail.com

Abstract: This paper aims to discuss the relation between the expansion experienced by the nature of the *corpora* of analysis in the field of contemporary Discourse Analysis and its theoretical and methodological implications, since the new objects considered as *corpora* influence the conceptual formulations in DA's theory. The guiding principle of this article is the attempts of the Discourse Analysis to find more adequate approaches to the text, which is always understood in a discursive perspective.

Keywords: Discourse Analysis; corpora of analysis, theoretical and methodological procedures.

Resumo: Neste artigo, pretendo abordar a relação entre a ampliação da natureza dos *corpora* de análise para a Análise do Discurso contemporânea e os encaminhamentos teórico-metodológicos que a consideração de novos objetos traz para as formulações conceituais da teoria. O fio condutor dessa abordagem será em torno das buscas da Análise do Discurso por tratamentos cada vez mais adequados do texto, entendido, obviamente, sempre numa perspectiva discursiva.

Palavras-chave: Análise do discurso; *corpora* de análise; procedimentos teórico-metodológicos.

Primeiras considerações

A Análise do Discurso se constituiu, em relação à Linguística, discutindo a relevância da proposição de uma semântica de natureza discursiva, que possibilitasse um tratamento adequado do texto, objeto que, a partir do corte saussuriano, deixa de ser, de acordo com Michel Pêcheux, pertinente para a ciência linguística. O autor, em sua reflexão a esse respeito, retoma questões que haviam sido deixadas de lado pela linguística saussuriana – “o que quer dizer esse texto”; “em que sentido esse texto se difere daquele outro texto?” –, formulando-as em um outro terreno, a saber, o do discurso, em que intervêm questões de natureza linguística e sócio-históricas. No quadro teórico peuchetiano, o objeto “texto” é definido a partir de uma perspectiva discursiva e passa a fazer trabalhar, por meio de um dispositivo analítico específico, um conjunto de análises em torno do discurso político. Nesse sentido, o texto – sua concepção, natureza e funcionamento – é uma questão pertinente à Análise do Discurso desde a sua fundação, e nunca foi abandonada (mesmo que muitas vezes apagada e/ou tratada de forma perpendicular), basta verificar a produtividade de teorias e análises discursivas que se debruçam sobre os gêneros de discurso e sobre textos multimodais.

Neste artigo, pretendo, a partir da consideração do objeto teórico “texto”, discutir a relação entre a ampliação da natureza dos *corpora* de análises para a Análise do Discurso contemporânea e os encaminhamentos teórico-metodológicos que a consideração de novos objetos traz para as formulações conceituais da teoria.

Objetos e conceitos em AD: deslocamentos teórico-metodológicos

A análise de discursos políticos, vinculada a certos pressupostos teóricos (como o do materialismo histórico) e a objetivos específicos da Análise do Discurso no período de sua constituição (como elaborar um dispositivo analítico que fornecesse às ciências sociais um modo não ideológico de tratamento de seu objeto teórico), possibilitou o refinamento do modo de abordagem de uma série de questões caras à AD, como, por exemplo, a relação entre língua e história. Farei algumas considerações a respeito.

Em seu texto *Análise Automática do Discurso (AAD-69)* (1969/1990), Michel Pêcheux, ao desenvolver a proposta de um dispositivo automático de análise discursiva, faz da análise linguística uma das etapas fundamentais do método de análise do discurso que propõe. Como atribui à Análise Automática do Discurso a tarefa de realizar uma análise não subjetiva dos efeitos de sentidos, Pêcheux almeja que a AAD realize uma análise linguística de natureza morfossintática, de modo a permitir a deslinearização linguística dos textos – ligada a fenômenos de hierarquias dos constituintes, encaixes e determinações. Isso evitaria que, nessa etapa da análise, se introduzisse uma “concepção de mundo” que repousasse numa semântica universal, já que isso significaria voltar a incluir no próprio funcionamento da língua os processos semânticos que, para Pêcheux, são historicamente determinados e, justamente por esse motivo, não coextensivos à língua, a não ser que se identifiquem ideologia e língua.

Em outras palavras, nesse momento Pêcheux assume: a) que há questões propriamente linguísticas e que a língua tem um funcionamento; b) que a problemática do sentido (a semântica, portanto) não é uma questão de natureza linguística, mas discursiva; c) que língua e discurso são objetos de naturezas distintas; e d) que a natureza do discursivo é ideológica.

Mas que relação existe entre os processos discursivos e a língua, do ponto de vista desta teoria do discurso? Pêcheux e Fuchs (1975/1990, p. 172) formulam de maneira bastante categórica essa relação: “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam esses efeitos de sentido”.

Neste mesmo texto, alterando um pouco a tônica do tratamento que conferem à análise linguística, esclarecem, ainda, qual a relação entre esta análise (a linguística) e a enunciação. Pêcheux e Fuchs afirmam que o estudo das marcas ligadas à enunciação deve constituir um ponto central da fase de análise linguística da AAD, e que este estudo introduz modificações importantes na concepção de língua. O léxico deve ser considerado como um conjunto estruturado de elementos articulados sobre a sintaxe, e a sintaxe como o modo de organização (próprio a uma determinada língua) dos traços das referências enunciativas. Essa concepção de sintaxe que Pêcheux e Fuchs assumem nesse momento de reflexão – diferentemente do que ocorre no primeiro momento de formulação teórica e elaboração do dispositivo de análise, isto é, diferentemente do que se apresenta no texto de 1969, em que Pêcheux restringe a análise linguística a processos morfossintáticos – permite uma articulação efetiva entre língua e discurso, no seguinte sentido: os processos de enunciação, consistindo em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e rejeitar o “não dito”, concernem ao discursivo, ao mesmo tempo, entretanto, que mantêm estreitas relações

com o linguístico, na medida em que esses mesmos processos de enunciação são articulados na sintaxe, por meio de traços de referências enunciativas. Os processos de enunciação, portanto, colocam-se como um ponto possível de articulação entre a língua e o discurso, sendo, nesse sentido, fundamental para o projeto de Pêcheux – e da AD –, pois garante a não-reduzibilidade do discursivo ao linguístico e tampouco ao ideológico, ao mesmo tempo, entretanto, que reforça o pressuposto da relação inextrincável entre língua e história, formulação essencial para uma teoria materialista do discurso político, que tanto interessava ao grupo de Pêcheux. A análise do discurso político como *corpus* privilegiado de análise permitiu, portanto, a formulação e o refinamento de certas questões teóricas e metodológicas caras à AD no período de sua constituição.

Não foi, entretanto, apenas sobre o discurso político que a Análise do Discurso se debruçou. Ao longo do tempo, os analistas foram se interessando por diversos tipos de discurso – o religioso, o jurídico, o jornalístico, o publicitário – e passaram a se debruçar sobre práticas discursivas as mais variadas, considerando também seus modos de circulação, o que acabou por colocar em cena toda a problemática do funcionamento das mídias e, conseqüentemente, a questão da plurisssemiose no tratamento dos *corpora* discursivos. Todo esse processo foi acompanhado de reformulações e reorganizações das redes teóricas e nos processos metodológicos, uma vez que era preciso garantir, de alguma maneira, a produtividade da teoria no que se refere ao seu poder descritivo/explicativo dos fenômenos de ordem discursiva.

Não irei abordar, neste artigo, todas essas questões; me restringirei a tratar da relação entre a assunção do literário como um fato de discurso e as implicações disso para as formulações teóricas e metodológicas no campo da AD. Para tanto, irei me concentrar na proposta de Dominique Maingueneau de uma análise do discurso literário.

Em seu livro *Discurso literário*, Dominique Maingueneau (2006a) se propõe, a partir da retomada de múltiplas formas de abordagem do texto literário, que ocuparam um espaço significativo no contexto ocidental e francês – como a filologia; a estilística orgânica; a crítica biográfica; a abordagem marxista; as diversas abordagens da “nova crítica”, dentre elas a crítica temática; o estruturalismo – a traçar algumas fronteiras que delimitariam uma forma específica de abordagem do fenômeno literário, que ele denominou de “análise do discurso literário”. Em seu percurso, o autor procura demonstrar que, de um modo geral, a partir do século XIX no Ocidente – e mais especificamente no contexto francês – as abordagens do texto literário ou se fecharam sobre o postulado da imanência, do autotelismo da obra, ou procuraram responder à pergunta de “como ir do texto ao contexto, ou do contexto ao texto” – considerando aqui o termo ‘contexto’ de maneira bem genérica, referindo-se tanto a aspectos relacionados à esfera do histórico-social, quanto a aspectos relacionados ao autor da obra. Contrariamente a essas duas políticas gerais de enfoque, Dominique Maingueneau proporá um ‘dispositivo de análise do texto literário’ que tem como ponto de partida o pressuposto de que “o texto é uma forma de gestão do contexto”. Esclarecerei isso melhor.

De acordo com Maingueneau, é possível considerar o fato literário como discurso, no sentido que a AD confere a esse termo. Isso possibilita restituir “as obras aos espaços que as tornam possíveis, onde elas são produzidas, avaliadas, administradas” (MAINGUENEAU, 2006a, p. 43), remetê-las às suas próprias condições de enunciação, o que implica, entre outras coisas, a consideração do estatuto do escritor associado a seu modo de posicionamento no

campo literário; dos papéis vinculados aos gêneros; da relação com o destinatário construída através da obra; dos suportes materiais e dos modos de circulação dos enunciados. Todas essas questões só são possíveis de serem abordadas quando se considera o discurso literário como enunciação e como instituição, isto é, como vetor de um posicionamento, como prática discursiva de sujeitos socialmente inscritos em condições históricas de produção de sentidos.

Para falar, pois, em “análise do discurso literário”, tal como proposto por Dominique Maingueneau, é preciso, antes de tudo, assumir o pressuposto de que a enunciação literária não escapa à órbita do direito:

Fala e direito à fala se entrelaçam. De onde é possível vir legitimamente a fala, a quem pretende dirigir-se, sob qual modalidade, em que momento, em que lugar – eis aquilo a que nenhuma enunciação pode escapar. E o escritor sabe disso melhor do que qualquer pessoa, ele cujo discurso nunca acaba de estabelecer seu direito à existência, de justificar o injustificável de que procede e que ele alimenta desejando reduzi-lo. A obra só pode desenvolver *seu* mundo construindo nesse mesmo mundo a necessidade desse desenvolvimento. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 43)

Nessa perspectiva de abordagem – em que se reflete sobre as obras em termos de instituição, de legitimidade –, é preciso assumir que a enunciação é regulada, o que obriga a considerar o texto como uma forma de gestão do contexto, de modo que o dispositivo enunciativo não é algo exterior ao enunciado, mas ao mesmo tempo o constitui e é constituído por ele. A “análise do discurso literário” proposta por Dominique Maingueneau considera, em toda a sua complexidade, as modalidades sociais e históricas da comunicação literária, sem abrir mão da necessidade de se apoiar nas ciências da linguagem. Essa posição é bastante evidente na proposta do autor, basta observar os tipos de categorias com as quais ele busca operacionalizar suas abordagens do texto literário: cena de enunciação (tipo de discurso, gênero e cenografia); dêixis discursiva (enunciador, coenunciador, topografia e cronografia); ethos, para citar apenas as categorias mais conhecidas.

Na perspectiva de Maingueneau, considerar a literatura como discurso implica considerar os textos literários como eventos enunciativos, e isso, a meu ver, foi um terreno profícuo para o autor formular categorias analíticas muito produtivas para lidar com problemas que, até hoje, ocupam muitos dos estudos sobre literatura. Por exemplo, como definir o estatuto de um texto autobiográfico escrito por um autor consagrado: é literatura ou não?; é ficção ou não? A abordagem proposta por Dominique Maingueneau desloca essa questão, de natureza tipológica, para outra, de natureza funcional, uma vez que considera a existência de espaços de funcionamento da autoria; de regimes de enunciação literária distintos; e de diferentes funções enunciativas.

Para apresentar, então, aquilo que julgo serem algumas das relevantes contribuições teórico-metodológicas que decorrem da consideração de um novo objeto teórico (o literário como discurso), partirei da formulação da noção de autoria postulada por Maingueneau.

Autoria: espaços e regimes de subjetivação

Maingueneau afirma que, tradicionalmente, no léxico corrente, o termo “escritor” refere-se tanto a uma categoria imprecisa do registro das profissões, quanto a uma figura associada a uma obra. O termo “autor”, diferentemente, remete ao indivíduo como fonte e fiador da obra e apenas marginalmente tem relação com uma condição social.

Em contrapartida, a noção de “enunciador” não decorre de um uso comum, mas de um conceito linguístico recente. No campo da linguística, o termo oscila entre uma referência a uma concepção de enunciador como instância interior ao enunciado – como um suporte das operações enunciativas – e uma concepção segundo a qual o enunciador é mais propriamente um locutor, isto é, um indivíduo que produz o discurso. Entretanto, mesmo diante dessa oscilação das referências da noção, a problemática da enunciação, afirma Maingueneau, desestabiliza as tópicos que opõem de um lado o que releva do texto e, de outro, o que releva de um “fora do texto”:

O sujeito que mantém a enunciação, e se mantém por meio dela, não é nem o morfema “eu”, sua marca no enunciado, nem algum ponto de consistência exterior à linguagem: “entre” o texto e o contexto, há a enunciação, um “entre” que descarta toda exterioridade imediata. Não se podem dissociar as operações enunciativas mediante as quais se institui o discurso e o modo de organização institucional que ao mesmo tempo o pressupõe e estrutura. Na construção de uma cena de enunciação, a legitimação do dispositivo institucional, os conteúdos manifestos e a relação interlocutiva se entrelaçam e se sustentam mutuamente. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 135)

É com base nesse pressuposto que Maingueneau, para considerar as formas de subjetivação do discurso literário, propõe que se considere a existência de três instâncias de funcionamento da autoria, a saber, *a pessoa, o escritor e o inscritor*, que não se dispõem em sequência – seja cronológica ou de estrato –, mas atravessam-se mutuamente, não sendo nenhuma delas o fundamento:

A denominação “a pessoa” refere-se ao indivíduo dotado de um estado civil, de uma vida privada. “O escritor” designa o ator que define uma trajetória na instituição literária. Quanto ao neologismo “inscritor”, ele subsume ao mesmo tempo as formas de subjetividade enunciativa da cena de fala implicada no texto (aquilo que vamos chamar adiante de “cenografia”) e a cena imposta pelo gênero do discurso: romancista, dramaturgo, contista... O “inscritor”, é com efeito, tanto enunciador de um texto específico como, queira ou não, o ministro da instituição literária, que confere sentido aos contratos implicados pelas cenas genéricas e que delas se faz o garante. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 136)

Essas três instâncias recobrem-se mutuamente, dispersando e concentrando, num mesmo gesto, a “identidade criadora”. Como esclarece Maingueneau (2006a, p. 137),

Através do inscritor, é também a pessoa e o escritor que enunciam; através da pessoa, é também o inscritor e o escritor que vivem; através do escritor, é também a pessoa e o inscritor que traçam uma trajetória no espaço literário. [...] como viver se não se vive da maneira que convém para ser um dado escritor que vai ser o inscritor de uma dada obra? Como desenvolver estratégias no espaço literário se não se vive de modo a ser o inscritor de uma obra? Como ser o inscritor de uma obra se não se enuncia através de um posicionamento no campo literário e um certo modo de presença/ausência na sociedade?

Dessa perspectiva, a questão “*Quem é o autor dessa obra*” não parece muito produtiva – ou relevante. A problemática necessariamente deve se deslocar; a pertinência de uma questão sobre determinada “identidade criadora” deve recair sobre o funcionamento da autoria, ou, dizendo de outro modo, sobre o funcionamento dos espaços e dos regimes de subjetivação.

Esse deslocamento possibilita a reavaliação de um *modus operandi* de abordagem dos textos produzidos no campo literário, que tem sido razoavelmente consensual entre muitos especialistas: o de representar como sendo tipicamente literários os textos que privilegiam o *inscritor*, isto é, os textos que ocultam o máximo possível a presença da *pessoa* e do *escritor*. Mas o que fazer, por exemplo, com textos de escritores consagrados que conduzem ao primeiro plano a *pessoa* e o *escritor*, como os textos de caráter autobiográfico ou a produção epistolar? Isso, não raro, tem sido um ponto nevrálgico para os estudos literários. Cito, para exemplificar, um trecho do texto introdutório do volume 1 da coleção *Correspondência*, publicado em 2001, e que traz as cartas trocadas entre Mário de Andrade e Manoel Bandeira. O organizador do volume diz:

A instigante aproximação da carta ao texto ficcional traz à tona a problemática da escrita epistolar, gênero fluido em seus limites e prenhe de possibilidades literárias e pragmáticas. Enquanto gênero, talvez o aspecto mais contundente da correspondência de Mário de Andrade e Manuel Bandeira esteja na configuração da personalidade do autor de *Paulicéia Desvairada*, tornado “personagem” desse “romance”. (MORAES, 2001, p. 14)

A análise da escrita epistolar como um gênero fluido pressupõe a distinção, tomada a priori, do que é propriamente literário (ou ficcional) e do que é da ordem do pragmático (da vida de um autor), uma vez que é o reconhecimento da ruptura com as fronteiras dessa distinção que possibilita a caracterização de um gênero como sendo fluido. Mais que isso, considerar que o “aspecto mais contundente” da correspondência entre Andrade e Bandeira é a configuração da personalidade do autor de *Paulicéia*, que se torna “personagem” das cartas (às quais o organizador da coletânea se refere como “romance”), pressupõe um dentro e um fora do texto, que se misturam, sendo, pois, a ruptura dessas fronteiras o que, novamente, possibilita a caracterização das correspondências analisadas como configuradoras de um gênero fluido.

A proposta de Maingueneau propõe um caminho alternativo de abordagem de textos do campo literário que colocam esse tipo de problema em torno da delimitação de fronteiras. Para esclarecer sua proposta, o autor faz menção ao relato *Viagem à Itália* de Chateaubriand, analisando que se trata tipicamente de um texto que traz à cena a *pessoa*, sem por isso ocultar o *escritor* – que é incessantemente evocado no texto –, e tampouco o *inscritor*, que não cessa de demonstrar suas habilidades estilísticas:

Tendo passado por Saint-Jean de Maurienne e chegado perto do pôr-do-sol a Saint-André, não encontrei nenhum cavalo e fui obrigado a me deter. Fui passear pelas cercanias da cidade. O ar fazia-se transparente no cume dos montes; suas escarpas se projetavam com extraordinária pureza no céu, enquanto uma grande noite saía aos poucos do sopé desses montes, elevando-se na direção de seu cimo. Escutei a voz do rouxinol e o grito da águia; contemplei alisos floridos no vale e neve na montanha. Um castelo, obra de cartagineses, ao que diz a tradição popular, mostrava seus escombros da extremidade de uma rocha. Tudo o que é obra do homem nesses lugares é mirrado e frágil; redis de ovelhas feitos de juncos entrelaçados, casas de barro construídas em dois dias; como se o pastor da Sabóia, à feição das massas externas que o circundam, não julgasse dever se fatigar em benefício das necessidades passageiras de sua curta vida! Como se a torre de Aníbal em ruínas o tivesse acautelado de quão pouco duram e como são inúteis os monumentos.¹ (apud MAINGUENEAU, 2006a, p. 139)

1 CHATEAUBRIAND, M. de. *Oeuvres choisies de M. de Chateaubriand*. Voyages. Paris: Pourrat, 1834. p. 321-322.

Neste trecho do relato, *é a pessoa* de Chateaubriand – herói e agente de escrita de sua travessia da Saboia – que é trazida à cena. Entretanto, esse relato da viagem de Chateaubriand é também uma demonstração estilística típica daquele que é reconhecido na época por ter publicado *O gênio do cristianismo*, e ainda coloca em cena o escritor romântico que ele encarna no campo literário, na medida em que faz uma viagem pela Itália, vagando sozinho na natureza selvagem e meditando sobre as ruínas antigas. Maingueneau (2006a, p. 139) analisa que, nesse relato, “Chateaubriand conta sua viagem, circula no espaço literário e faz obra – tudo ao mesmo tempo”. É assumindo essa perspectiva que o analista deixa de considerar a problemática da delimitação da fronteira entre o que seria propriamente literário e o que estaria fora da literatura, para propor que se admita que a literatura mescla dois regimes de enunciação literária distintos: um regime *delocutivo* e outro *elocutivo*.

No regime *delocutivo*, o autor se oculta diante dos mundos que instaura; no *elocutivo*, “*o inscridor*”, “*o escritor*” e “*a pessoa*”, conjuntamente mobilizados, deslizam uns nos outros (é o caso do relato de Chateaubriand que acabamos de considerar). Esses dois regimes alimentam-se um do outro – e isso ocorre de diferentes modos, a depender das conjunturas históricas e dos posicionamentos dos diversos autores no campo literário. O regime *delocutivo* é sempre dominante, apesar de incessantemente afetado pelo regime *elocutivo*, cuja necessidade de existência está ligada à própria natureza de funcionamento daquilo que Maingueneau chamou de “discursos constituintes”.

Exemplos de discursos considerados constituintes pelo autor são o literário, o religioso, o filosófico, o científico. Esses discursos têm a pretensão de não reconhecer outra autoridade que não a sua própria, não admitindo quaisquer outros discursos acima deles. Em outras palavras, definem-se pelo modo como concebem sua relação com o interdiscurso, não reconhecendo discursividade para além da sua e não se autorizando senão pela própria autoridade. Para tanto, aparecem como que ligados a uma Fonte legitimadora – o BELO, DEUS, a RAZÃO, o MÉTODO – que lhes confere o estatuto singular de serem “zonas de falas em meio a outras e falas que pretendem preponderar sobre todas as outras” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 34). Assumem que essa Fonte legitimadora a partir da qual se autorizam é exterior ao discurso, mas ela é construída por esse mesmo discurso para poder fundá-lo. Um exemplo, com base no *corpus* de análise trabalhado por Maingueneau em *Gênese dos discursos* (2005), é o discurso humanista devoto (um posicionamento religioso católico que surge no fim do século XVI), que “instaura a figura de um Deus “doce” para legitimar sua doutrina contra-reformista, mas essa “doçura” é na verdade elaborada pelos próprios textos que a reivindicam” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 35). Uma outra característica dos discursos constituintes é que eles são ao mesmo tempo *auto* e *heteroconstituintes*, pois somente um discurso que se *constitui* tematizando sua própria constituição (o que explica a “necessidade” de produção de textos do regime *elocutivo*) “pode desempenhar um papel *constituente* para outros discursos” (idem, *ibidem*, p. 34-5).

Considerando a natureza constituinte do discurso literário e buscando explicar o funcionamento da autoria nesse discurso – que não escapa à órbita do direito, e, por isso, deve ser remetido às suas próprias condições de produção, isto é, ser visto como vetor de posicionamento, como prática discursiva de sujeitos inscritos no campo literário – é que Maingueneau amplia a distinção *delocutivo/elocutivo*, passando a considerar que a produção de um autor associa dois espaços discursivos distintos e indissociáveis: um *espaço canônico* e um *espaço associado*.

O *espaço canônico* recobre quase todas as produções do *regime delocutivo*, isto é, das produções em que o autor se esconde por traz dos mundos ficcionais que cria. É o espaço saliente – porque o *regime delocutivo* é necessariamente dominante. O *espaço canônico* repousa sobre a ritualização, uma vez que a incisão que o funda é um ritual: a poesia lírica, por exemplo, liga-se a uma convenção poética forte, que define as formas do dizer, e a uma densa intertextualidade. Outro exemplo: os romances do século XX quebram os relógios, rejeitando a cronologia e a continuidade temporal em favor de uma vivência subjetiva do tempo, que transforma a narração em um padrão plano onde se fundem, em simultaneidade, o passado, o presente e o futuro. Há, portanto, uma perda de demarcação nítida entre esses três momentos, que passam a existir como presenças atuais no contexto narrativo. Essa vivência subjetiva do tempo, própria dos romances chamados intimistas, caracteriza-se pelo fluxo de consciência, procedimento narrativo que tende a eliminar o narrador intermediário. Com a sua eliminação, tende a desaparecer também a ordem lógica da oração e a coerência estrutural que o narrador clássico imprimia à sequência dos acontecimentos. Assim, esgarça-se uma categoria fundamental do romance tradicional: “a da causalidade (lei de causa e efeito), base do enredo tradicional, com seu encadeamento lógico de motivos e situações, com seu início, meio e fim” (ROSENFELD, 1976, p. 84).

O *espaço associado*, por sua vez, recobre as tantas produções do *regime elocutivo*, isto é, os vários textos de autor que acompanham suas obras: dedicatórias, prefácios, comentários, manifestos, debates, cartas, escritos sobre outras artes, entrevistas etc. Em todas essas produções, as instâncias da *pessoa*, do *escritor* e do *inscritor* deslizam-se umas sobre as outras. Certos gêneros do espaço associado, como o relato de viagem, o diário íntimo, as lembranças da infância – textos mais “autônomos” em relação às obras de um autor –, parecem privilegiar uma *dimensão de figuração* do criador, isto é, de construção de uma identidade criadora no mundo. Outros gêneros paratextuais e metatextuais, inseparáveis dos textos que acompanham – como a dedicatória, o prefácio, o manifesto – parecem privilegiar uma *dimensão de regulação* “por meio da qual o criador negocia a inserção de seu texto num certo estado do campo e no circuito de comunicação” (MAINGUENEAU, 2006a, p. 143). Tais gêneros cumprem a função de pôr as obras em conformidade com as normas do campo ou impor soberanamente as do autor. Eles cumprem também a função de

[...] colocar em perspectiva um texto, seu perfil com referência ao que poderíamos chamar de a *Opus*, isto é, a trajetória de conjunto em que cada obra singular assume um lugar. Com efeito, ser escritor é também gerar a memória interna dos próprios textos e atividades passadas e reorientá-las em função de um futuro. Quanto mais se enriquece a *Opus*, tanto mais importante se torna essa função de regulação. (MAINGUENEAU, 2006a, p. 143)

As duas dimensões (ou funções) – de *figuração* e *regulação* – são inseparáveis: no espaço associado da produção de um autor, constrói-se uma identidade criadora e confere-se um estatuto às unidades que constituem a *Opus*. A título de ilustração, considerarei o manuscrito *De profundis* de Oscar Wilde, escrito durante sua permanência no cárcere.²

De Profundis é uma produção do espaço associado, sendo, pois, do regime de enunciação elocutivo (em que as instâncias da *pessoa*, do *escritor* e do *inscritor* deslizam-se umas sobre as outras):

² Esse manuscrito é parte do *corpus* de análise do trabalho de Rodrigues (em andamento), uma tese de doutorado desenvolvida sob minha orientação.

Há alguma coisa oculta dentro de mim mesmo que me diz como nada existe no mundo que não tenha significação, e muito menos dor. Que essa coisa oculta dentro de mim como um filão de ouro no campo, é a Humildade. [...] foi o ponto de partida para um novo desenvolvimento. Ela nasceu bem de mim mesmo, e veio bem a tempo. Não poderia vir antes, ou depois. [...] Como fui eu a descobri-la, quero conservá-la. [...] Sou hoje mais individualista do que em qualquer outro tempo. Tudo me parece valer pouco, exceto aquilo que se adquire pelo próprio esforço. (WILDE, 1994, p. 16)

Esse manuscrito relata as experiências, a dor e o sofrimento da *pessoa* no cárcere, mas é recebido e lido por ser do *escritor* Oscar Wilde, que exhibe suas habilidades de *inscritor*. Trata-se de um “trabalho de legitimação recíproca”, já que o que motiva o leitor a ler o texto é o fato de ele ter sido escrito por alguém reconhecido como um autor de obra literária que conheceu a fama e terminou no cárcere. Ao mesmo tempo, o relato reforça o posicionamento do escritor no campo literário que não abandona seus ideais estetas, legitimando o manuscrito em questão e toda sua produção anterior.

A *dimensão de figuração* (de construção de uma “identidade criadora” no mundo) é bem acentuada neste manuscrito, mas, ao mesmo tempo e de maneira inseparável, busca-se, por meio dessa produção, construir uma trajetória singular em um conjunto, enriquecendo a *Opus* do autor e situando-o diante do *archeion* (manifestação da *dimensão de regulação*):

Eu era um indivíduo que estava em relações simbólicas com a arte e a cultura do meu tempo. Consegui essa situação quando ainda muito novo e forcei-me a mantê-la quanto mais avançava a idade. Poucos conseguiram outro tanto, e o tenho dito a quem os queira ouvir. E isto é habitualmente reconhecido, se o é de fato, pelos historiadores ou pelos críticos, apenas depois do indivíduo e as suas obras estarem esquecidas. Comigo não sucedeu outro tanto. Eu o senti, e fiz com que os mais, também o sentissem. Byron foi uma figura simbólica, mas as suas relações estavam com o sentimento da época, a que ele deu vida. As minhas atingiam qualquer coisa mais nobre, mais duradoura, de interesse vital e com maior largueza de vistas. (WILDE, 1994, p. 14)

Sobre a relação entre os espaços associado e canônico, Maingueneau esclarece que a natureza do *espaço associado* varia de acordo com o *espaço canônico*. No século XVII, em função do estatuto do escritor (que dependia ainda do protecionismo de certa nobreza), os gêneros dedicatórios têm um papel central. No século XIX, eles cumpriram ainda um papel, mas distinto daquele. Um exemplo é o caso de Émile du Tiers, poeta francês do final do século XIX e um dos postulantes à notoriedade literária. Maingueneau (2010) analisa a trajetória de tentativa de ascensão do poeta ao centro do campo literário francês, considerando as várias dedicatórias que acompanharam as coletâneas de poemas publicadas por ele. Com o campo literário, tendendo à autonomização, os gêneros dedicatórios no século XIX passam a cumprir outra função: a de construir relações de alianças com autores já consagrados no campo. Em função dessa autonomização do campo literário nos séculos XIX e XX, os manifestos – que são produções do *espaço elocutivo* que funcionam como divisas, palavras de ordem que definem a “semântica” dos vários posicionamentos discursivos – ganham lugar de destaque.

Ainda no que diz respeito à relação do *espaço associado* com o *espaço canônico*, Maingueneau (2006a, p. 144) afirma que eles se alimentam um do outro e que esse duplo espaço de funcionamento da autoria “se mostra a si mesmo no conjunto mais amplo de *marcas* deixadas pelo autor”. Ou seja, a consideração da autoria, dessa perspectiva,

implica a não redução do literário às produções do *espaço canônico*. A autoria aqui é compreendida como uma das instâncias do funcionamento discursivo e, assim sendo, apresenta-se como uma entrada bastante produtiva para o tratamento do texto literário, que pode prescindir de tipologizações que não explicam seu funcionamento. O discurso literário, afirma Maingueneau (2006a, p. 146), “não é um território compacto que gera simplesmente algumas dificuldades locais de estabelecimento de fronteiras, mas um espaço radicalmente duplo”.

Considerações finais

Retomando, para concluir, a questão central deste artigo – a saber, a relação entre a ampliação da natureza dos *corpora* de análise para a Análise do Discurso contemporânea e os encaminhamentos teórico-metodológicos que a consideração de novos objetos traz para as formulações conceituais e metodológicas da teoria –, eu diria que, diante das especificidades próprias do literário, a “Análise do discurso literário” proposta por Dominique Maingueneau optou por abandonar o terreno das delimitações de fronteiras entre o literário e o não literário e assumir um outro compromisso diante do fato literário: tratar os textos produzidos no campo da literatura como eventos discursivos, o que implica analisar, de forma imbricada, seu funcionamento enunciativo e seus processos de legitimação. Em seu livro *Discurso literário*, o autor faz isso a partir de várias entradas – considerando, por exemplo, a relação entre obra e quadro hermenêutico; as emblemas paratópicas, etc. Em minha abordagem, decidi optar pela via da autoria.

O deslocamento teórico-metodológico foi feito – e o novo *modus operandi* estabelecido (com base no funcionamento e não nas tipologias) pode ser muito esclarecedor também para a abordagem de outros tipos de discurso.

REFERÊNCIAS

- MAINGUENEAU, D. Campo discursivo: a propósito do campo literário. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; POSSENTI, S. (Orgs.). *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 49-62.
- _____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006a.
- _____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006b.
- _____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MORAES, M. A. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP)/Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), 2001. [Coleção Correspondência de Mário de Andrade]
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK. T (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990. [1969]. p. 61-161.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS. C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK. T (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990. [1975]. p. 163-252.

RODRIGUES, K. C. *Autoria: regimes de enunciação, instâncias de deslizamento*. Tese de doutorado em andamento. Instituto de Letras e Linguística. Universidade Federal de Uberlândia, 2010-2013.

ROSENFELD, A. Reflexões sobre o romance moderno. In: _____. *Texto/contexto*. São Paulo: Perspectiva, 1976. [Coleção Debates]

WILDE, O. *De Profundis*. São Paulo: Princípio, 1994.